




INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO GABRIEL

Reunião Comitê de Investimento

ATA Nº 12/2024

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, na sala de reuniões do IPRESG, sito à Rua Barão de São Gabriel, número setecentos e sessenta e nove, realizou-se reunião do Comitê de Investimentos nomeado pela Portaria nº 001/2023, de quatro de janeiro de 2023. Estiveram presentes, a Presidente do Comitê, Luciana Rodrigues Souto e os membros Adalberto Munhoz Machado e Mirian Alves da Silveira. A presidente do Comitê iniciou informando as pautas do dia: **Pauta 1 - Análise do Relatório Conjuntura Econômica e Financeira de Outubro de 2024; Pauta 2 – Aplicação de recurso do COMPREV; Pauta 3 - Análise e Deliberação da Política de Investimentos para o ano de 2025; Pauta 4 – Outros assuntos. Pauta 1 - Análise do Relatório Conjuntura Econômica e Financeira de Outubro de 2024** - A Política de Investimentos está enquadrada conforme legislação, porém devido à liquidação do Fundo Austro Pipe Bancos e dos Fundos Austro Multipar, IMA-B (em processo de liquidação) e do Fundo Austro Multisetorial estes ativos estão desenquadrados de forma passiva. No mês de outubro a rentabilidade dos investimentos do IPRESG foi de 0,89%. O mês de outubro foi marcado por forte volatilidade nos mercados de capitais ao redor do mundo. A eleição de Donald Trump para Presidente dos EUA reforça perspectiva de dólar forte. No Brasil, preocupações com trajetória das contas públicas segue impactando os prêmios de risco e o COPOM eleva a taxa de juros em 50 bps, acelerando o ritmo de alta em função da piora nas expectativas inflacionárias. Na renda fixa com a elevação da SELIC aumenta o retorno das aplicações pós-fixadas e na renda variável o IBOVESPA continuou com performance negativa, diversos acontecimentos nos mercados globais impactaram, além do pessimismo dos investidores com relação a situação fiscal brasileira. A cautela deve ser mantida diante deste cenário. **Pauta 2 – Aplicação de valor de COMPREV** - Foi solicitada sugestão para a Consultoria Referência Gestão e Risco para aplicação de recurso de COMPREV no valor de **R\$ 54.093,80 (Cinquenta e quatro mil, noventa e três reais, oitenta centavos)** que sugeriu a aplicação no Fundo **CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA, CNPJ 23.215.008/0001-70**. Os presentes aprovaram a sugestão por unanimidade; **Pauta 3 – Análise e Deliberação da Política de Investimentos para o ano de 2025** – A Política de Investimentos foi elaborada pela Consultoria Referência Gestão e Risco e a meta da PI será de IPCA+ 5,05% a.a., seguindo as premissas da taxa parâmetro na Portaria MPS nº 3.289/2023, sendo que a estratégia alvo ficou em 100%. Foi observado que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução 4.963/2021 e Portaria 1.467/2022. A Política de Investimentos para 2025 foi enviada, por e-mail para os membros titulares do Comitê, após leitura prévia da Presidente, no dia 18 do corrente mês. Tal ação se fez necessária para que seja feita uma leitura minuciosa, antes da reunião para deliberação da Política de Investimentos de 2025. Extraiu-se da política de Investimentos para 2025 as expectativas de mercado para o exercício de 2025, conforme segue: *“em linhas gerais, o Brasil mais uma vez terá como principal desafio o ajuste das contas públicas, conciliando a adoção de políticas que visem o crescimento econômico, mas que não extrapolem a utilização da já combatida via fiscal. Importante registrar a calamidade pública decorrente das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, que também contribuiu com a elevação do déficit primário inicialmente previsto, seja pela não cobrança temporária da dívida do Estado com a União, seja pelas inversões e demais repasses realizados pelo Governo Federal. A propósito, a preocupação com a via fiscal é inclusive referendada na publicação da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e de maneira não restrita ao Brasil. Isso porque, passada a pandemia e todos os ajustes macroeconômicos realizados ao redor do mundo, a percepção é que as nações precisam se reorganizar do ponto de vista fiscal, ao passo de estarem preparadas para eventuais percalços que venham a ensejar novas intervenções estatais, sobretudo a partir das questões climáticas, cujas adversidades têm se materializado com cada vez mais frequência. A*



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO GABRIEL**

expectativa é que o país consiga fomentar o PIB preferencialmente, pela via monetária, contudo, sempre atento às pressões inflacionárias, para que as reduções da Selic não possuam efeitos colaterais superiores aos seus benefícios intrínsecos. Além de facilitar o crédito e incentivar o consumo das famílias, a redução da Selic também alivia o custo de rolagem da dívida pública, diminuindo a percepção de risco do investidor e corroborando uma melhor relação cambial". Nesse sentido, ressalta-se a tendência de manutenção de juros em queda, tanto nos EUA como na Zona do Euro, haja vista as previsões otimistas quanto à inflação, o que reduz o risco de evasão de recursos nas economias emergentes. Conforme habitualmente é feito, devemos manter a prudência na escolha pelas melhores opções, adequada e obrigatória diversificação do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui ressaltadas. Nesse sentido, mantém-se a importância das atividades de assessoramento técnico e profissional especializado junto à gestão pública. Considerando o posicionamento histórico nos investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento dos seus gestores, ressaltamos que o RPPS possui o perfil de investidor: MODERADO. Após a apresentação e esclarecimentos da presente Política de Investimento, cumprindo o previsto nas legislações em vigor, os presentes, por unanimidade, aprovaram a Política Anual de Investimentos para o exercício 2025, devendo o RPPS continuar observando a lista exaustiva do MPS para fins de credenciamento das instituições financeiras. A política de Investimentos para 2025 será encaminhada para o Conselho de Administração para Deliberação, conforme estabelecido pela Legislação; **Pauta 4 – Outros Assuntos – Prestação de Contas TCE 2023** – A presidente do Comitê de Investimentos comunicou aos presentes que dia 21 de novembro foi enviado para a presidência do IPRESG o Relatório do Tribunal de Contas referente a 2023, no qual novamente foi apontada a questão do desenquadramento dos Fundos advindos da Austro Capital, também foi apontada a Falta de Bloqueio Total do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por parte da Presidente do IPRESG. No que se refere ao desenquadramento apontado, o Comitê pondera que quando o termo de adesão foi assinado no ano de 2014, os referidos Fundos estavam de acordo com a legislação vigente, e que os mesmos têm causado transtorno desde que foi aprovado o aumento da carência para resgate, sem solução até o momento. Quanto a falta de Bloqueio Total do FPM o Comitê entende que a prerrogativa que os compete é a gestão dos recursos. Após questionamento do Comitê sobre o repasse referente a Lei do IR, foi informado que até o momento, o valor proposto para o mês de novembro ainda não foi repassado. Nada mais havendo a acrescentar, eu Luciana Rodrigues Souto, Presidente do Comitê de Investimentos encerro a reunião, e para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Luciana R. Souto

Luciana Rodrigues Souto – Presidente do Comitê de Investimento

Adalberto Munhoz Machado

Adalberto Munhoz Machado – Membro do Comitê de Investimento

Mirian Alves da Silveira

Mirian Alves da Silveira – Membro do Comitê de Investimento